

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.261 - PR (2019/0040647-9)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : FAUSTINO DA ROSA JUNIOR
ADVOGADO : PAULO ANTONIO DE BARBA E OUTRO(S) - RS101166
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por FAUSTINO DA ROSA desafiando acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado pela prática dos delitos inscritos nos arts. 304, c/c o art. 297, por três vezes, na forma do art. 70, bem como nas penalidades do art. 299, de acordo com o art. 69, todos do Código Penal (e-STJ fl. 92).

Impetrado prévio *writ* na origem, a ordem foi denegada em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 91):

HABEAS CORPUS– DELITOS DOS ARTS. 304 C/C. ART. 297, NA FORMA DO ART. 70, DO CP, EM CONCURSO MATERIAL DE CRIMES COM O DELITO DO ART. 299, DO CP – PELA PRODUÇÃO DE WRIT PROVAS QUE JÁ RESTARAM INDEFERIDAS – 1. SENTENÇA PROCEDENTE – APRESENTAÇÃO DE RECURSO DE APELAÇÃO COM AS RESPECTIVAS RAZÕES E CONTRARRAZÕES NA AÇÃO PENAL – IMPETRAÇÃO DE EM SUBSTITUIÇÃO AO HABEAS CORPUS PLEITO DE PRODUÇÃO RECURSO PRÓPRIO – INVIABILIDADE – 2. DE PROVAS QUE JÁ FOI JULGADO POR ESTA COLENDIA CÂMARA CRIMINAL EM SEDE DE ANTERIOR A DECISÃO DE WRIT PROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – REITERAÇÃO DE PEDIDO JÁ APRECIADO POR ESTA CORTE – IMPOSSIBILIDADE – HABEAS NÃO CONHECIDO. CORPUS

1. “O Superior Tribunal de Justiça, seguindo o entendimento firmado pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, não admite a impetração de *habeas corpus* em ” STJ, HC substituição ao recurso próprio previsto no ordenamento jurídico. (...) 287.857/SP, Rel. Ministro WALTER DE ALMEIDA GUILHERME (DES.CONV. TJSP), QUINTA TURMA, DJe 12.12.2014).

2. Não é de ser conhecido o fundado na reiteração de pedido que já foi *habeas corpus* objeto de idêntica apreciação perante a mesma Corte.

Daí o presente recurso ordinário, no qual sustenta a defesa a ilegalidade da negativa de produção de provas (e-STJ fl. 114).

Diante dessas considerações, pede, liminarmente, o trancamento da ação penal até o julgamento do presente recurso e, definitivamente, o provimento do recurso para determinar a autorização para que o recorrente produza provas no processo de origem (e-STJ fl. 119).

É, em síntese, o relatório.

Depreende-se dos autos que o presente recurso ordinário impugna o acórdão proferido pelo Tribunal de origem no HC n. 0039730-70.2018.8.16.0000 (e-STJ fls. 91/95), que não foi conhecido por se tratar de mera repetição de pedido anteriormente analisado.

Da mesma forma, o presente recurso também é mera reiteração do RHC n. 97.486/PR, de minha relatoria, que teve provimento negado em 1º/8/2018, estando em fase de análise de agravo regimental.

Ante o exposto, diante da constatação de que a presente irresignação recursal é mera reiteração do RHC n. 97.486/PR, **indefiro-a liminarmente** com fulcro no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator